



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS:

É com satisfação que submetemos a V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhados do parecer dos auditores independentes.

1 – INTRODUÇÃO

Tendo completado 15 anos em 2012, a Linha Amarela, se consolidou como um corredor de tráfego fundamental para o deslocamento dos cariocas e o desenvolvimento econômico dos bairros ligados por ela. A última pesquisa de satisfação dos usuários da via mostrou que 85% dos nossos usuários avaliam a administração da LAMSA como ótima e boa. Mesmo com este indicador, a organização busca soluções para melhor fluidez do tráfego, tanto no pedágio como ao longo de todo o trecho concedido, inclusive com ações fora da via principal. Passaram por nossa praça de pedágio 49 milhões de veículos em 2012, o que reafirma a importância da Linha Amarela como o principal eixo viário metropolitano.

Através do planejamento estratégico da Companhia, desenvolvido de forma participativa e integrada, foram implementadas diversas ações nas áreas de gestão de pessoas e processos, comunicação, relacionamento com os usuários, modernização tecnológica, engenharia, pedágio e operação viária, tendo sempre como propósito dar mais conforto e segurança aos usuários da via.

2 – AÇÕES DE DESTAQUE EM 2012

Dentre os investimentos e as obras realizadas no exercício, destacam-se a recuperação do pavimento em vários trechos da via, dragagem e limpeza de rios e canais, contenção de encostas, manutenção de passarelas e

túneis, reforço da sinalização vertical e horizontal, manutenção do circuito fechado de TV viário, aquisição de equipamentos e veículos para garantir a qualidade dos serviços e ações estratégicas para segurança e fluidez do tráfego.

3 – ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Obedecendo ao estabelecido no Contrato de Concessão, a tarifa de pedágio foi reajustada em janeiro de 2012, passando de R\$ 4,30 para R\$ 4,70.

Em 2012, a Companhia apresentou resultados positivos dentro das metas estabelecidas, apurando um crescimento de 2,4% em sua receita operacional bruta frente ao inicialmente orçado, conforme detalhado nas respectivas demonstrações contábeis.

4 – ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

A LAMSA acredita na responsabilidade socioambiental como um passo para o desenvolvimento autossustentável das comunidades de seu entorno. Sendo assim, apóia diferentes projetos como forma de combater as desigualdades sociais e promover a inclusão social e geração de trabalho e renda. A responsabilidade socioambiental está presente na missão, visão e no planejamento estratégico, sendo expressa em suas ações e no relacionamento ético mantido com todos os públicos de relacionamento.

Com este espírito, gradativamente são ampliados os resultados provenientes dos projetos socioambientais desenvolvidos e, conseqüentemente, o crescente reconhecimento dos parceiros, da sociedade e das comunidades do entorno da via.

Em 2012, os investimentos sociais com recursos próprios foram de

R\$ 360 mil. Esse valor foi acrescido pela utilização de recursos incentivados, como política de desoneração, através do aproveitamento das Leis Federais Rouanet, Incentivo ao Esporte e Fundação para a Infância e Adolescência - FIA, no montante de R\$ 1.104 mil e da Lei Municipal de Incentivo a Cultura-ISS, no montante de R\$ 863 mil, totalizando R\$ 2.327 mil. Com esses recursos foram realizados diversos projetos e campanhas voltadas para cultura, esporte, lazer, educação, saúde e meio ambiente, que alcançaram as 21 comunidades em seu entorno.

5 – RECURSOS HUMANOS

A valorização dos seus recursos humanos é uma questão estratégica para a LAMSA, que investe continuamente no crescimento profissional e satisfação de seus colaboradores. A Companhia mantém políticas de remuneração e benefícios compatíveis com as melhores práticas de mercado.

6 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Como determina a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que os Auditores Independentes não realizaram nenhum outro serviço além do acima referido.

7 – AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os colaboradores da LAMSA pela dedicação e empenho no desenvolvimento de suas atividades, à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, aos nossos Acionistas pela confiança na administração da empresa e a todas as instituições, prestadores de serviços e fornecedores que contribuíram para o êxito alcançado neste exercício. Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 2013.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	36.359	2.537	Fornecedores	76	2.187
Aplicação Financeira (Nota 4)	11.756	-	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	-	180.983
Créditos a receber (Nota 5)	12.194	9.620	Debêntures (Nota 12)	2.947	-
Impostos a recuperar (Nota 6a).....	939	880	Impostos, taxas e contribuições (Nota 6b)	1.932	1.828
Debêntures (Nota 8).....	2.429	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher (Nota 6c).....	15.237	18.751
Partes relacionadas (Nota 8).....	516	2.399	Obrigações trabalhistas.....	4.835	5.375
Despesas antecipadas	845	504	Adiantamento de clientes	3.665	5.436
Outros créditos	714	744	Partes relacionadas (Nota 8).....	1.674	-
Total do ativo circulante.....	65.752	16.684	Dividendos a pagar.....	15.113	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE			Outras obrigações.....	723	773
Debêntures (Nota 8).....	154.170	-	Total do passivo circulante.....	46.202	215.333
Depósitos judiciais (Nota 7).....	2.614	2.657	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Investimento	145	145	Debêntures (Nota 12).....	386.722	-
Imobilizado (Nota 9)	14.118	12.449	Provisão para contingências (Nota 13)	455	1.288
Intangível (Nota 10)	337.571	303.986	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.696	2.968
Total do ativo não circulante.....	508.618	319.237	Total do passivo não circulante.....	391.873	4.256
TOTAL DO ATIVO	574.370	335.921	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)		
			Capital social	54.118	54.118
			Reservas de lucros.....	10.824	10.824
			Proposta de distribuição de dividendos adicionais.....	71.353	51.390
			Total do passivo e patrimônio líquido.....	574.370	335.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva lucros	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendo adicional	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	54.118	10.824	-	43.651	108.593
Dividendos pagos	-	-	-	(40.941)	(40.941)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(21.094)	-	(21.094)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	84.376	-	84.376
Dividendos adicionais a distribuir	-	-	(49.376)	49.376	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(13.906)	(696)	(14.602)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	54.118	10.824	-	51.390	116.332
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-	-	-	(49.376)	(49.376)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	92.452	-	92.452
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(23.113)	-	(23.113)
Dividendos adicionais a distribuir	-	-	(69.339)	69.339	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	54.118	10.824	-	71.353	136.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA" ou "Companhia"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil e foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 480 meses contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

2. Políticas contábeis

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.1. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) **Receita de serviços**

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Receitas.....	279.145	341.111
Receita de serviços.....	238.166	211.333
Receita de construção.....	40.764	129.508
Outras receitas	215	270
Insumos adquiridos de terceiros		
(inclui ICMS e IPI)	(76.250)	(178.256)
Custos de serviços prestados	(11.197)	(39.138)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(24.693)	(13.383)
Custo de construção.....	(40.360)	(125.735)
Valor adicionado bruto.....	202.895	162.855
Retenções		
Depreciação e amortização.....	(10.259)	(7.198)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade.....	192.636	155.657
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9.158	5.833
Valor adicionado total a distribuir.....	201.794	161.490
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	23.278	8.538
Impostos, taxas e contribuições		
Impostos federais	56.893	53.242
Impostos municipais.....	12.116	10.541
Impostos estaduais.....	120	72
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos	-	(717)
Juros, aluguéis e terceiros.....	16.935	6.134
Juros s/ Capital Próprio (Reversão).....	-	(696)
Lucros retidos	92.452	84.376
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

b) **Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) **Receitas de construção**

Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimentos em concessão rodoviária, e que tal concessão é alcançada pela ICPC 01 (R1), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data da

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	2012	2011
Receita líquida de serviços (Nota 15)	217.357	193.027
Receita de construção (Nota 15).....	40.764	129.508
Receita líquida.....	258.121	322.535
Custo dos serviços prestados (Nota 17)	(42.115)	(43.374)
Custos de construção (Nota 17)	(40.360)	(125.735)
Lucro bruto	175.646	153.426
Despesas e receitas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(31.578)	(28.678)
Outras receitas operacionais, líquidas	215	231
	(31.363)	(28.447)
Despesas e receitas financeiras		
Receitas financeiras (Nota 16)	9.158	5.833
Despesas financeiras (Nota 16)	(16.935)	(6.134)
	(7.777)	(301)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	136.506	124.678
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 6d).....	(42.326)	(40.281)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6d).....	(1.728)	(717)
Lucro antes da reversão dos juros sobre capital próprio.....	92.452	83.680
Reversão dos juros sobre capital próprio	-	696
Lucro líquido do exercício	92.452	84.376
Lucro por ação (básico e diluído) - PN - R\$ (Nota 21).....	0,5935	0,5416
Lucro por ação (básico e diluído) - ON - R\$ (Nota 21).....	0,5935	0,5416
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício.....	92.542	84.376
Resultado abrangente no patrimônio líquido....	-	-
Total do resultado abrangente líquido de impostos ...	92.542	84.376
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Fluxos de caixa das operações		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	136.506	124.678
Ajustes		
Margem de construção.....	(404)	(3.772)
Depreciação e amortização.....	10.259	7.198
Baixa de bens do imobilizado e intangível	4	39
Imposto de renda e contribuição social correntes...	(42.326)	(40.281)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ...	(1.728)	(717)
Provisões diversas.....	(833)	844
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas ..	15.626	3.710
Lucro líquido ajustado	117.104	91.699
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes.....	(2.574)	(2.844)
Depósitos judiciais.....	43	-
Impostos correntes e diferidos a recuperar	(59)	440
Despesa antecipada.....	(341)	(96)
Outros créditos	29	5.108
Fornecedores	(2.111)	549
Impostos, taxas e contribuições	(1.681)	4.773
Obrigações trabalhistas.....	(541)	3.731
Partes relacionadas.....	1.158	-
Adiantamento de clientes	(1.771)	1.549
Outras obrigações	(45)	(508)
Fluxo de caixa gerado pelas operações.....	109.211	101.041
Fluxos de caixa de investimento		
Aplicação Financeira	(11.756)	-
Debênture a receber.....	(156.599)	-
Aquisição de intangível.....	(24.714)	(126.015)
Aquisição de imobilizado.....	(3.404)	(4.015)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(196.473)	(130.030)
Fluxos de caixa de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures.....	566.722	322.289
Pagamento de empréstimos.....	(351.297)	(250.000)
Pagamento de juros de empréstimos.....	(36.965)	-
Mútuos concedidos a partes relacionadas.....	-	(54.613)
Recebimento de mútuo com partes relacionadas ...	-	76.435
Dividendos pagos	(53.464)	(75.942)
JSCP pagos.....	(3.912)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	121.084	18.169
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	33.822	(10.820)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício ...	2.537	13.357
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	36.359	2.537
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	33.822	(10.820)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

contratação) com liquidez imediata em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

2.3. Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se, substancialmente, à receitas de pedágio eletrônicos, as quais são registradas pelo valor incorrido e ainda não recebido, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

2.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.



Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do imobilizado equipamentos e peças de reposição estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.5. Intangível
Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.6. Provisão para recuperação de ativos não financeiros
A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deteriorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31 de dezembro de 2012 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos.

2.7. Outros ativos e passivos
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.8. Tributação
As receitas brutas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social.....	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza.....	ISS	2,00% ou 5,00% (*)	—

(*) A alíquota de Impostos Sobre Serviços é de 5,00%.

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As incluições ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos ativos e passivos são decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 que foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e levaram em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.9. Benefícios aos empregados
A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. A Companhia não patrocina planos de pensão ou benefícios pós-emprego.

2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não identificou ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente.

2.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de

mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.12. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.13. Instrumentos financeiros
a) **Reconhecimento inicial e mensuração**

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pela caixa e equivalentes de caixas, créditos a receber, contas a pagar e empréstimos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos.

b) **Mensuração subsequente**
A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.14. Custos de empréstimos
Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.15. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1)

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

2.16. Resultado por ação
O resultado por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído

aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.17. Novos pronunciamentos contábeis
Não existem pronunciamentos emitidos e ainda não adotados que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Adicionalmente, alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1º de janeiro de 2013, sendo os impactos sujeitos a avaliação por parte da Administração da Companhia. Não são esperados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Contrato de concessão
A Companhia detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi iniciado em janeiro de 1998, com prazo de 25 anos, concessão que foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio com base na variação do IPCA-E.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, estimadas em R\$ 251.698, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente à melhoria da fluidez viária, como segue:

- Construção de um viaduto na Abolição conectando os trechos da Rua Abolição;
- Construção de 2 viadutos em Bonsucesso, ligando as Av. Itaoca e Av. Democráticos às Av. Londres e Rua Aguiar Moreira;
- Viadutos de interseção nas Av. Américas e Av. Salvador Allende;
- Alargamento da pista marginal da Av. Brasil, sentido centro, no trecho em frente a Flocruz e remodelagem da baía de ônibus existente no mesmo trecho;
- Recuperação do pavimento na Linha Vermelha;
- Colocação de painéis de proteção na Linha Amarela e na Linha Vermelha;
- Construção de pista na Av. Ayrton Senna, sentido Barra, interligando a ponte Arroio Fundo ao viaduto existente sobre a Av. Emb. Abelardo Bueno;
- Ampliação do viaduto de Manguinhos e de seus acessos;
- Urbanização de parques lineares em torno da via.

Como contrapartida destes Investimentos que serão realizados pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos e reajustará a tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre 2012 e 2015.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de forma a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

A extensão do prazo de concessão gerou um compromisso de construir no montante de R\$ 256.737 (incluindo reajustes anuais de custo) dos quais a sua totalidade já foram destinados não restando saldo de adiantamento em aberto na data de 31 de dezembro de 2012 (R\$ 247.608 em 31 de dezembro de 2011, sendo R\$ 245.209 de custos incorridos e R\$ 2.399 de adiantamentos concedidos), restando o montante de R\$ 4.090 em 31 de dezembro de 2011. O contrato de concessão acima sumariado foi classificado como ativo intangível na medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela LAMSA. Não houve alteração relevante no contrato de concessão citado acima.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2012	2011
Caixa e bancos.....	4.058	2.537
Certificado de depósitos bancários – CDB.....	32.301	—
Caixa e equivalentes de caixa.....	36.359	2.537
Fundos não exclusivos de investimento de renda.....	11.756	—
Saldo de aplicações financeiras.....	11.756	—

5. Créditos a receber

	2012	2011
Cartões de crédito.....	1.985	2.081
Concessionárias de rodovias (a).....	9.634	7.463
Outros.....	575	76
	12.194	9.620

(a) Receita de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas da via. O prazo médio de recebimento desses valores é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não haviam saldos vencidos.

6. Impostos, taxas e contribuições
a) **Impostos a recuperar**

	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social.....	813	—
Imposto de renda retido na fonte.....	—	754
Imposto sobre serviço.....	126	126
	939	880

Os impostos a recuperar no circulante referem-se basicamente às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia cuja previsão de realização é menor que doze meses.

b) **Impostos e contribuições a recolher**

	2012	2011
Imposto sobre serviço.....	1.057	932
Impostos retidos na fonte.....	186	215
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS.....	508	560
Programa de integração social - PIS.....	110	121
Outros.....	71	—
Total.....	1.932	1.828

c) **Imposto de renda e contribuição social**

	2012	2011
Imposto de renda.....	10.852	13.661
Contribuição social.....	4.385	5.090
Total.....	15.237	18.751

d) **Imposto de renda e contribuição social**
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	2012	2011	Fundamento para realização
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	588	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajustamento da cobrança e prazo de vencido maior que 2 anos. Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Provisão para contingências	154	438	Expectativa de realização conforme pagamento de participação nos lucros e resultados
Participação nos lucros e resultados	808	782	resultados da CIA.
Regime Tributário de Transição - RTT	(5.658)	(4.776)	Expectativa de realização conforme definição do RTT.
	(4.696)	(2.968)	



A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
2013.....	838	1.684
2014.....	3.765	1.191
2015.....	32	32
2016.....	30	30
2017 em diante.....	31	31
Total	4.696	2.968

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2012	2011
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social.....	136.506	124.678
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação.....	(46.412)	(42.390)
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período		
Adições permanentes.....	(510)	(666)
Exclusões permanentes.....	1.330	1.215
Outros.....	1.461	843
Exclusão de bases fiscais negativas.....	77	-
Total dos impostos no resultado.....	(44.054)	(40.998)

7. Depósitos judiciais

	2012	2011
Civil.....	91	91
Tributário.....	2.362	2.405
Trabalhista.....	161	161
Total.....	2.614	2.657

Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente

Composição

Parte relacionada	Transação	2012		2011	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
INVEPAR	Nota de débito	128	-	1.674	-
LAMBRA	Nota de débito	388	-	-	-
METRÔ	Debênture	2.429	154.170	-	-

Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui um contas a pagar para com a sua controladora no valor de R\$ 1.674.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui um contas a receber para com a LAMBRA no valor de R\$ 388.

Em 31 de agosto de 2012, foi desembolsado pela LAMSA à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$ 154.170, referente emissão das debêntures, não conversíveis em ações, em série única. O juros sobre a debênture em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.429.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui um contas a receber para com a sua controladora no montante de R\$ 128.

9. Imobilizado:

	Taxas anuais de depreciação %	2011	Adições	Baixas	Transferência	2012
Custo						
Proteção acústica.....	4	520	-	-	-	520
Etiquetas eletrônicas.....	20	6.504	96	-	(1.222)	5.378
Instalações.....	10	3.539	31	-	-	3.570
Máquinas e equipamentos.....	10	7.208	1.991	(4)	-	9.195
Móveis e utensílios.....	10	882	24	-	-	906
Veículos.....	20	3.114	620	-	1.222	4.956
Benfeitorias.....	4	2.746	530	-	-	3.276
Equipamentos de informática.....	20	3.113	113	(37)	-	3.189
		27.626	3.405	(41)	-	30.990
Depreciação						
Proteção acústica.....		(286)	(22)	-	-	(308)
Etiquetas eletrônicas.....		(5.987)	(190)	611	609	(4.957)
Instalações.....		(1.235)	(477)	-	-	(1.712)
Máquinas e equipamentos.....		(2.263)	(748)	10	-	(3.001)
Móveis e utensílios.....		(514)	(71)	27	-	(558)
Veículos.....		(2.154)	(593)	-	(609)	(3.356)
Benfeitorias.....		(620)	(98)	55	-	(663)
Equipamentos de informática.....		(2.118)	(333)	134	-	(2.317)
		(15.177)	(2.532)	837	-	(16.872)
		12.449	873	796	-	14.118

Imobilizado - custo

	Taxas anuais de depreciação %	2010	Adições	Baixas	2011
Proteção acústica.....	4	520	-	-	520
Etiquetas eletrônicas.....	20	6.326	178	-	6.504
Instalações.....	10	2.602	937	-	3.539
Máquinas e equipamentos.....	10	5.549	1.685	(26)	7.208
Móveis e utensílios.....	10	893	15	(26)	882
Veículos.....	20	2.551	652	(89)	3.114
Benfeitorias.....	4	2.521	225	-	2.746
Equipamentos de informática.....	20	2.798	323	(7)	3.114
		23.760	4.015	(148)	27.627
Imobilizado - depreciação		2010	Adições	Baixas	2011
Proteção acústica.....		(265)	(21)	-	(286)
Etiquetas eletrônicas.....		(5.839)	(148)	-	(5.987)
Instalações.....		(833)	(403)	-	(1.236)
Máquinas e equipamentos.....		(1.705)	(569)	11	(2.263)
Móveis e utensílios.....		(462)	(73)	21	(514)
Veículos.....		(1.588)	(645)	79	(2.154)
Benfeitorias.....		(532)	(88)	-	(620)
Equipamentos de informática.....		(1.791)	(336)	9	(2.118)
		(13.015)	(2.283)	120	(15.178)
		10.745	1.732	(28)	12.449

Imobilizado Líquido

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. A companhia não possui ativos dados em garantia nas operações de financiamento.

10. Intangível

	Taxas anuais de amortização %	2011	Adições	Baixas	Transferência	2012
Intangível - custo						
Software.....	20	4.309	1.066	-	-	5.375
Sistema automatizado.....	10	254	-	-	-	254
Direitos de concessão.....	Prazo de concessão	265.447	-	-	193.382	458.829
Intangível em construção.....		152.332	41.050	-	(193.382)	-
		422.342	42.116	-	-	464.458
Intangível - amortização						
Amortização acumulada software e sistemas automatizados.....		(3.294)	(730)	152	-	(3.872)
Direitos de concessão.....		(115.062)	(7.953)	-	-	(123.015)
		(118.356)	(8.683)	152	-	(126.887)
Intangível líquido.....		303.986	33.433	152	-	337.571

Taxas anuais de amortização %

	2010	Adições	Baixas	2011
Intangível - custo				
Software.....	20	4.035	285	(11)
Sistema automatizado.....	10	254	-	254
Direitos de concessão.....	Prazo de concessão	202.520	-	62.927
Intangível em construção.....		85.758	129.501	(62.927)
		292.567	129.786	(11)
Intangível - amortização				
Amortização acumulada software e sistemas automatizados.....		(2.668)	(626)	-
Direitos de concessão.....		(110.773)	(4.291)	2
		(113.441)	(4.917)	2
Intangível líquido.....		179.126	124.869	(9)

à Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco.

Em agosto de 2006, a 5ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$ 1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o valor depositado judicialmente será recuperado, não sendo necessária a constituição de provisão para contingências.

8. Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas a taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Em relação aos mútuos realizados entre as partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas sociedades para o funcionamento e melhor gestão das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros compatíveis com o mercado.

Em 31 de maio de 2010, a LAMSA adiantou o montante de R\$ 20.089 à Construtora OAS Ltda., (já havia adiantado R\$ 5.271 em dezembro de 2009) controladora em conjunto indireta, para a execução de obras civis e melhorias na via, referente ao 11º termo aditivo do contrato de concessão. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 2 anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$ 211.412, devendo os pagamentos serem realizados mensalmente, abatendo o valor adiantado. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do adiantamento foi liquidado (R\$ 2.399 em 31 de dezembro de 2011) e não há impactos no resultado.

Parte relacionada	Transação	2012		2011	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
INVEPAR	Nota de débito	128	-	1.674	-
LAMBRA	Nota de débito	388	-	-	-
METRÔ	Debênture	2.429	154.170	-	-

Remuneração da administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta por honorários e benefícios, no montante de R\$ 1.393 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.091 em 31 de dezembro de 2011).

Composição	2012	2011
Pró-labore.....	636	528
Bônus/PLR.....	437	363
Encargos.....	215	106
Outros benefícios de curto prazo.....	105	94
Total.....	1.393	1.091

A Companhia tem realizado ampliações e melhorias objetos dos contratos de concessão. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital externo, a companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras. O valor dos custos dos empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$15.187 (R\$14.973 em 31 de dezembro de 2011).

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. A companhia não possui intangíveis dados em garantia nas operações de financiamento.

11. Empréstimos

Em 15 de julho de 2011 a Companhia emitiu e descontou junto ao Banco Santander S.A. novas notas promissórias no valor total de R\$ 170.000, com vencimento em 11 de janeiro de 2012 com encargos de 100% das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia (DI), expressas na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 0,90% ao ano, para fazer face aos investimentos decorrentes do aditivo ao contrato de concessão mencionado na Nota 3. Em 31 de dezembro de 2011, haviam sido provisionados R\$ 9.686 de juros incorridos até a data. Não havia garantia para esta nota promissória. O pagamento foi efetuado dentro do prazo de vencimento, em 10 de janeiro de 2012.

12. Debêntures

Em 10 de janeiro de 2012 a Companhia emitiu 18.000 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10 (dez mil reais) cada, perfazendo o montante de R\$ 180.000. Sobre as debêntures incidiram juros remuneratórios equivalentes a 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimento em 04 de janeiro de 2013, para fazer face aos investimentos decorrentes do aditivo ao contrato de concessão mencionado na Nota 3. Em 06 de julho de 2012 estas debêntures foram totalmente liquidadas, com o resgate antecipado no montante total de R\$ 188.660.

Em 31 de maio de 2012 a Companhia emitiu 386.722 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais) cada, perfazendo o montante de R\$ 386.722. As Debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% ao ano, base 252 dias. Para esta operação a Companhia apresentou como seu Fiodor a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (MetrôRio).

O prazo de vencimento das debêntures é de quinze anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de maio de 2027.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2012 e o último pagamento na data de vencimento das debêntures.

Parte dos recursos captados por meio da Emissão, no valor de R\$ 232.552, será utilizada pela Companhia para financiamentos de até 90% do CAPEX de cada um dos Projetos previstos em seu Plano de Investimentos. A parte remanescente da Emissão, no valor de R\$ 154.170, será utilizada para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos Projetos do Fiodor, previstos em seu Plano de Investimentos do Fiodor. Em 31 de agosto de 2012 houve o repasse total deste montante para o Fiodor.

Durante o prazo de vigência das Debêntures será considerada um evento de inadimplimento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos); e (2) Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses. A Companhia, em 31 de dezembro de 2012, atendeu as referidas condições restritivas.

13. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Natureza da contigência	Saldo em 31/12/2011	Provisões Adicionais	Provisões Revertidas	Saldo em 31/12/2012
Trabalhistas.....	297	-	-	297
Cíveis.....	991	-	(833)	158
Total.....	1.288	-	(833)	455

a) Contingências cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

b) Contingências trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Adicionalmente, a Companhia é ré em diversos processos os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda, estimadas em R\$ 3.498 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 6.239 em 31 de dezembro de 2011).

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$ 54.118, divididos em 155.782.236 ações, sendo 51.927.409 ações ordinárias e 103.854.827 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente o estatuto social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre capital, sendo esta uma atribuição conferida ao Conselho de Administração.

Em 30 de abril de 2012, a Companhia provisionou o montante de R\$ 3.912 referente a Juros s/ Capital Próprio e o montante de R\$ 45.464 referente a dividendos os quais foram pagos em 11 de julho de 2012.

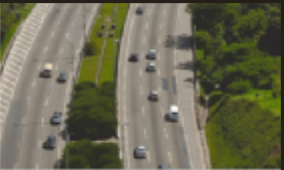
Em 28 de dezembro de 2012 foram pagos R\$ 8.000 de dividendos a título de antecipação de dividendos de 2012, conforme aprovado pelo Conselho de Administração datado de 28 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício.....	92.452	-
Dividendo mínimo obrigatório - 25%.....	23.113	-
(-) Dividendos pagos antecipadamente.....	(8.000)	-
Dividendos a pagar.....	15.113	-

15. Receita operacional, líquida

	2012	2011
Receita bruta de pedágio.....	238.166	211.333
Receita de contrato de construção.....	40.764	129.508
Deduções da receita.....	(20.809)	(18.306)



16. Resultado financeiro

	2012	2011
Descontos obtidos.....	2	1
Juros sobre aplicações financeiras	4.069	2.328
Juros sobre debêntures.....	324	-
Variação monetária ativa	185	381
Juros sobre debêntures partes relacionadas	4.577	-
Outros.....	1	3.123
Total receitas financeiras	9.158	5.833
Comissões e despesas bancárias.....	(750)	(610)
Juros sobre empréstimos	(15.627)	(4.092)
Juros sobre Capital Próprio	-	(696)
Outros.....	(558)	(736)
Total despesas financeiras	(16.935)	(6.134)
Resultado financeiro líquido	(7.777)	(301)

17. Despesas por natureza

	2012	2011
Operacionais, gerais e administrativas.....	40.067	40.686
Pessoal e encargos	23.278	24.074
Depreciação e amortização.....	10.259	7.198
Marketing e venda de serviços.....	89	94
Custo de construção.....	40.360	125.735
	114.053	197.787
Custo de serviços.....	42.115	43.374
Custo de construção.....	40.360	125.735
Despesas gerais e administrativas	31.578	28.678
	114.053	197.787

18. Seguros

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora
LAMSA	Garantia	18.160	18/12/12 a 18/12/13	J.Malucelli
LAMSA	Responsabilidade		01/08/12 a 01/08/13	Tóquio Marine
LAMSA	Civil geral	35.000	01/08/13	Tóquio Marine
LAMSA	Riscos		01/08/12 a 01/08/13	Tóquio Marine
LAMSA	operacionais	200.000	01/08/13	Tóquio Marine

19. Compromissos e responsabilidades

Abaixo segue uma relação com os principais contratos vigentes, para os quais os valores dos respectivos serviços são contabilizados na medida em que são prestados:

Contratado	Serviço	Valor Mensal	Data Assinatura	Prazo Vigência
Vida UTI	Resgate em Ambulâncias	R\$ 130	10/11/2008	Indeterminado
Gap Rent a Car	Resgate com Guinchos	R\$ 101	01/01/2013	60 meses
Arjo	Segurança	R\$ 91	31/03/2012	Indeterminado

A Companhia não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

20. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados

de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com o Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras e empréstimos, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. As taxas de juros do empréstimo estão vinculadas à variação do CDI.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, os quais nem todos estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos com características de *hedge*.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário		
	Provável	Cenário A	Cenário B
TR	0,29%	0,36%	0,44%

* Refere-se à taxa TR em 31 de dezembro de 2012.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Operação	Risco	Cenário		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalente de caixa	CDI	2.523	1.892	1.262
Aplicação financeira	CDI	816	612	408
Debênture CEF a pagar	TR	324.503	326.957	329.371
Debênture Metrô a receber	TR	133.870	132.901	131.906

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício de 2012.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, ou demais instrumentos financeiros atrelados em 31 de dezembro de 2012.

21. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as Demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2012			2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia.....	30.817	61.635	92.452	28.123	56.253	84.376
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações	51.927	103.855	155.782	51.927	103.855	155.782
Resultado básico e diluído de números de ações	0,5935	0,5935		0,5416	0,5416	

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações. A Companhia não possui instrumentos diluidores.

A DIRETORIA

William de Souza Maia

Contador - CRC: 104673/O-2 CRC RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Linha Amarela S.A. - LAMSA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha Amarela S.A. - LAMSA em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2013.



ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ
Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4